



CONGRESSO NACIONAL

Senado Federal  
Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas  
Recebido em 05/08/2010, às 10h00  
Laiane / estagiária

MPV 495

00012

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 04/08/2010	proposição Medida Provisória nº 495
--------------------	--

autor Deputado Marco Maia(PT/RS)	nº do prontuário
-------------------------------------	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> Substitutiva	3 <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa	4 <input type="checkbox"/> Aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	--	------------------------------------	--

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Altere-se o artigo 1º da MP nº 495, de 2010 para que a redação do § 7º incluído no artigo 3º da Lei 8666, de 1993 tenha a seguinte redação:

“§7º - A margem de preferência de que trata o §6º será estabelecida com base em estudos de cadeia produtiva e impacto orçamentário por produto ou serviço realizados anualmente por órgão federal ligado ao Ministério da Indústria e Comércio ou Universidade Federal em cadeira relacionada a microeconomia, apresentados em audiência pública, que levem em consideração:

I - geração de emprego e renda;

II - efeito na arrecadação de tributos federais, estaduais e municipais;

III - desenvolvimento e inovação tecnológica realizados no País;

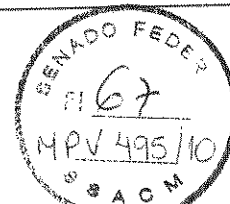
IV - Impacto orçamentário do benefício;

V - Extensão e prazo recomendado para a duração do benefício ou sua revisão e;

VI - Análise retrospectiva dos benefícios concedidos indicando os itens previstos nos incisos anteriores, volume de recursos e empresas que se beneficiaram”

## JUSTIFICATIVA

Os benefícios concedidos serão custeados com o orçamento público e portando a sua



concessão deve ser feita com a maior transparência possível, baseados em critérios técnico-econômicos sólidos e revisados periodicamente quando aos seus resultados tanto na indução do desenvolvimento quando no impacto que estão gerando no orçamento público.

Somente assim a sociedade poderá exercer o controle social da aplicação destes recursos e dos retornos que estão sendo obtidos com este investimento do dinheiro dos contribuintes.

Por outro lado a objetividade dos critérios de decisão e a transparência garantirão a atenção aos princípios de impessoalidade e moralidade previstos no *caput* do artigo 37 da Constituição Federal.

PARLAMENTAR

Deputado Marco Maia PT/RS

